



Fazer mais de outra forma? Reforma do Estado em análise

Editado por José Bastos

Inserido em 03-11-2013 14:11

Carvalho da Silva, Álvaro Santos Almeida e Francisco Sarsfield Cabral debatem o guião apresentado pelo vice-primeiro-ministro. Já estará a mudança em curso? Santos Almeida defende que, se o Governo tivesse seguido o memorando assinado pelo PS, a austeridade teria sido “agravada”.

O documento que visa servir de guião à reforma do Estado, apresentado esta semana pelo número dois do Governo, Paulo Portas, dá o mote ao programa “Conversas Cruzadas” deste domingo.

“O facto de o guião não implicar nenhuma revolução do Estado é, provavelmente, o seu principal aspecto. O ênfase que o próprio vice-primeiro-ministro colocou no gradualismo vem dizer que este Governo não pretende mudar radicalmente o Estado. E isso é conteúdo”, defende o economista Álvaro Santos Almeida.

O sociólogo Manuel Carvalho da Silva discorda: “Aquilo a que este Governo – e Paulo Portas – chamam reforma do Estado já está em curso. O guião não foi apresentado para seguir um caminho pensado, discutido e partilhado pelos portugueses. Não. A reforma está em andamento e pela pior via: a sucessão de cortes cegos”, sustenta.

“É o resultado da política de austeridade que impõe uma nova estrutura, novos meios, novas funções para o Estado e até a alteração de concepções do seu poder”, acrescenta o professor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Opinião ainda diferente tem Álvaro Santos Almeida, professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, para quem este não é um documento de ruptura.

“Não vai haver revoluções, não se trata de deitar abaixo o que existe e construir de novo. Trata-se de fazer pequenas alterações ao que existe. O segundo aspecto é a linha central da reforma, presente em várias áreas: fazer o mesmo, mas de forma diferente. O terceiro aspecto, não está lá escrito, mas depreende-se: não vão ser revistas as funções do Estado”, conclui.

Álvaro Santos Almeida contraria a tese de desmantelamento do Estado social sustentada por Manuel Carvalho da Silva. “O objectivo profundamente neoliberal de estoirar com o Estado Social, as medidas enunciadas em relação à educação, à Segurança Social, entre outras, são disso prova”.

Bem como “a concretização de um anseio – pela convocação da regra de ouro do défice na Constituição da República – da economia e as finanças se sobreporem a um Estado democrático e de direito. Mas, claro, Portas é um mestre da dissimulação”, defende ainda.

O jornalista e especialista em assuntos económicos Francisco Sarsfield Cabral vê o guião como uma espécie de plataforma de entendimento necessária para alterar a face do Estado.

“Este guião pode ser uma contribuição para um consenso futuro entre forças políticas e sociais para mudar alguma coisa no Estado. Porque o Estado tem de mudar. O nível de despesa não é compatível com o nível de impostos que os portugueses querem pagar. Não é. Alguma coisa se tem de cortar. Pode haver ganhos de eficácia, pode haver muitas coisas, mas que se discutam!”, desafia.

“Neste momento, o Partido Socialista não está preparado para qualquer acordo. O PS dirá sempre não até às eleições. Depois será o Partido Socialista que virá pedir o consenso”, antecipa Sarsfield Cabral.

Dois anos de atraso ou dois anos de avanço?

“Numa governação a sério o documento não tinha surgido agora, mas num momento onde houvesse espaço para a estratégia. Ou seja, num início de mandato ou então no desenvolvimento do mandato, mas numa perspectiva estratégica devidamente sustentada. Isso não aconteceu”, critica o antigo líder da CGTP Carvalho da Silva, chamando também a atenção para o que classifica de “coincidências”.

“No momento em que se está a discutir o Orçamento do Estado é que se apresenta uma proposta pretensamente estratégica sobre a reforma do Estado. Há aqui contradições profundas e insanáveis”, refere.

Sarsfield Cabral reconhece o atraso no documento a que não atribui particular transcendência na alteração das funções Estado tal como conhecidas. “Vítor Gaspar reconheceu o erro na carta de demissão. Deviam ter começado pela reforma do Estado. Não sei se se trata de uma agenda liberal, nem que necessite de revisão constitucional. De facto, é um guião que não propõe uma mudança nas funções do Estado”, afirma o também antigo director do gabinete da Comissão Europeia.

Mas as funções do Estado não deveriam ser reequacionadas? “Sim, mas o conteúdo político mais importante deste documento é exactamente o Governo dizer-nos que não vai haver redefinição das funções do Estado, mas que apenas vai ser reequacionada a forma de as exercer”, acentua Álvaro Santos Almeida.

“Austeridade seria agravada se se seguisse Memorando assinado por PS”

“A recuperação do país está cada vez mais distante. O prolongamento da recessão, da incapacidade de investimento privado ou público suficiente, o problema do desemprego de longa duração, a imigração que de 2007 a 2015 leva à saída de 500 mil portugueses da geração jovem que fará falta ao país, são factores que atrasam e dificultam em muito a recuperação”, defende Carvalho da Silva.

Já Álvaro Santos Almeida reconhece as restrições no Orçamento do Estado para 2014 afirmando que o Governo não foi para além da “troika”. “Se tivesse seguido o memorando original, assinado pelo PS, o défice estrutural devia ser zero em 2013, zero em 2014 e não vai ser”.

“A austeridade teria que ser, não um corte de quatro mil milhões de euros, mas sim de nove mil milhões de euros. Portanto, houve aqui uma margem que o Governo pôde explorar, permitindo reduzir a austeridade que os portugueses sofreram nos últimos anos relativamente ao que estava previsto no memorando”, sustenta.

Significa isso, prossegue, “que as regras existem, são um guião, mas há alguma margem para alterar essas regras e o Governo português soube fazê-lo nos últimos anos”.

Em contraponto, Manuel Carvalho da Silva alerta para os efeitos dos graus de austeridade aplicados em Portugal.

“Esta semana, os nossos economistas do observatório de crises do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, divulgaram um barómetro indicando que cada euro retirado ao deficit provocou uma perda de 1,25 euros ao PIB. Os seis mil milhões a menos no défice significaram 52 mil milhões a mais na dívida, considerando a dívida directa do Estado, com os défices somados destes três anos, mais o dinheiro pedido para apoiar a banca, mais a reserva que existe e pode ser utilizada de oito ou dez mil milhões. Este é o retrato: a austeridade não resulta”, sustenta o sociólogo.

Carvalho da Silva alerta ainda para os efeitos destas opções a médio prazo: “O barómetro do CES [Conselho Económico e Social] chama ainda a atenção para os efeitos cumulativos destas políticas recessivas. Esse é um drama que se coloca para o futuro: os cidadãos, as famílias, as empresas e o Estado não têm hoje as folgas que tinham quando lhes foi aplicada as doses de austeridade em 2011, 2012 ou 2013”.

“Portanto, os efeitos cumulativos levam a que cortes muito menores provoquem efeitos muito dolorosos. Independentemente do cenário de saída da ‘troika’, poderemos ter em 2014 situações de ruptura que aumentem o desemprego. Ora, se o Governo também agrava a situação pelo lado do Estado, então como é que vai ser em 2014?”, pergunta.

“O Orçamento para 2014 é condicionado pela inevitabilidade que resulta da necessidade de cumprir metas orçamentais. Obviamente, dentro dessas metas há alguma liberdade política. Dou um exemplo: o Governo optou por reduzir a taxa do IRC de 25 para 23% o que neste contexto não compreendo, porque implica uma falta de umas centenas de milhões de euros a compensar por cortes nos salários e pensões. Parece-me algo desequilibrado. Em resumo: há alguma margem de manobra, mas fortemente condicionada pelas regras de pertença à moeda única”, é a visão de Álvaro Santos Almeida, o presidente do agrupamento científico de economia da Universidade do Porto.

Não haverá alternativa? Sarsfield Cabral diz que não a vislumbra. “Estamos muito limitados. Acho que houve austeridade a mais. Há uma série de erros nesta política, mas estes erros foram impostos pelos credores. A alternativa seria ou mandar os credores à fava e era pior”.

“Às vezes dá-se o exemplo da Argentina. A Argentina tinha moeda própria e, mesmo assim, passou anos terríveis. Ainda não está resolvido. A dívida da Argentina ainda está em tribunal. Sair do euro? Não ter entrado? Pois, admito. É legítimo ter essa opinião. Eu próprio fui muito entusiasta do euro e hoje tenho algumas dúvidas. A moeda única tem, de facto, erros de estrutura”, reconhece Francisco Sarsfield Cabral.

“Mercados financeiros não são alvo de espionagem?”

No Conversas Cruzadas deste domingo olhou-se também para o escândalo de espionagem da agência norte-americana NSA a países aliados. “Sempre houve espionagem, mas é uma vergonha o que se está a passar. É efeito e causa da perda de posição dos Estados Unidos que leva à necessidade de desconfiar de tudo e de todos”, afirma Carvalho da Silva.

“Mas esta capacidade de escutas mostra que se se quisesse controlar os mercados financeiros havia meios tecnológicos para o fazer”, sustenta.

Francisco Sarsfield Cabral considera que, desta vez, se ultrapassaram limites. “De facto, é

excessivo. O próprio John Kerry veio dizer que exageraram. Vai criar um clima de desconfiança que é pouco saudável. Isto vai contribuir para a perda de influência dos Estados Unidos”, antecipa.

“Será ingenuidade pensar que não há espionagem, mesmo entre aliados. Parece-me que quando o Presidente Obama diz que é preciso rever os princípios e normas da espionagem norte-americana o que ele quer dizer, provavelmente, é ser preciso arranjar maneira de não serem descobertos na espionagem” conclui, mordaz, Álvaro Santos Almeida.

O programa "[Conversas Cruzadas](#)" é emitido na Renascença aos domingos, entre as 12h00 e as 13h00.